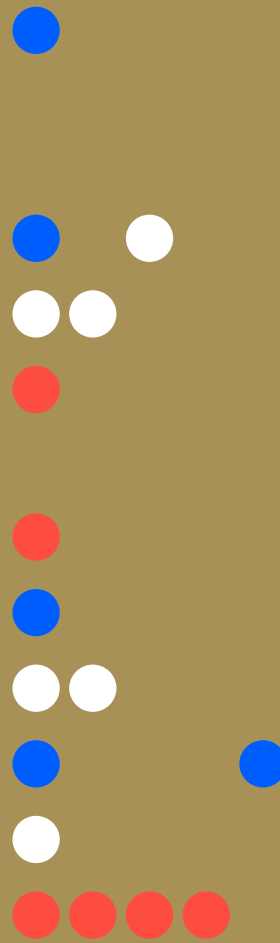


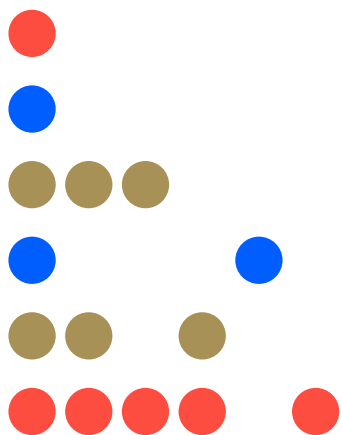
2020



Balanço Patrimonial



Sumário



01
02
03

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

03



Demonstrações contábeis

07

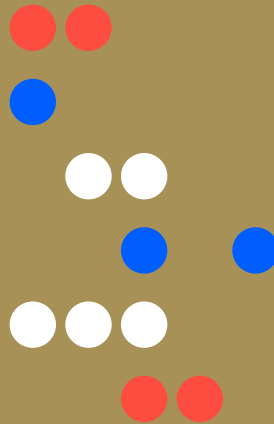


Notas explicativas às Demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

12



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis



Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

À
Administração e aos Conselheiros do
Escritório Central de Arrecadação e Distribuição - Ecad
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do **Escritório Central de Arrecadação e Distribuição - Ecad** (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2020, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelo assunto descrito na seção “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **Escritório Central de Arrecadação e Distribuição - Ecad** em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades sem finalidades de lucros.

Base para opinião com ressalva

Conforme informado na Nota Explicativa nº 2.2, letra “i”, às demonstrações contábeis, a Entidade reconhece a receita de arrecadação somente quando do efetivo recebimento do recurso, ou seja, pelo regime de caixa. As práticas contábeis adotadas no Brasil determinam o reconhecimento das receitas no resultado do exercício pelo regime de competência. Não foi possível, com base

em procedimentos alternativos de auditoria, quantificar os efeitos da adoção do regime de competência sobre as demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Ênfase

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 18, letra “d”, está em trâmite processo administrativo tributário junto à Secretaria da Receita Federal com objeto de ação da perda de isenção de determinados tributos (Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e diferença do Programa de Integração Social (PIS), relativos ao ano-base de 2009, com valor atualizado da causa no montante de R\$ 14.009.000,00. Dependendo de decisão até a última esfera, poderá haver impacto em períodos posteriores a esta ação para períodos não prescritos ou fiscalizados. De acordo com os assessores jurídicos da entidade, a probabilidade de perda é possível. Nossa opinião não contém ressalva sobre este assunto.

Outros assuntos

Valores correspondentes

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentados para fins de comparação, foram examinados por nós, que emitimos relatório em 09 de março de 2020 com a mesma ressalva e ênfase acima mencionadas.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades sem finalidades de lucros e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;

- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificados durante nossos trabalhos.

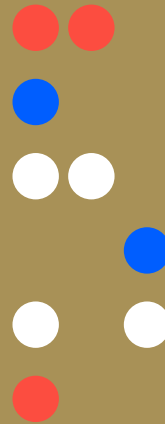
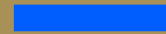
Rio de Janeiro, 03 de março de 2021.

Ana Cristina Linhares Areosa
CT CRC RJ-081.409/O-3

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1



Demonstrações contábeis



Balços patrimoniais

em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 | Valores expressos em milhares de reais

	Nota Explicativa	2020	2019
Ativos			
<i>Ativos circulantes</i>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	1.064.710	1.193.875
Arrecadação a receber	4	6.554	2.072
Adiantamentos às associações	5	77.864	98.423
Estoques	-	74	107
Adiantamentos diversos	-	959	737
Direitos a receber	7	2.024	101
Despesas antecipadas	-	542	1.464
Total dos ativos circulantes		1.152.727	1.296.779
<i>Ativos não circulantes</i>			
Bloqueios judiciais	6	208	250
Depósitos judiciais	18	1.637	1.803
Direitos a receber	7	146	1.147
Aplicações financeiras	8	20.564	20.911
Despesas antecipadas	-	570	570
Imobilizado	9	23.798	26.694
Intangível	10	11.078	12.167
Total dos ativos não circulantes		58.001	63.542
Total dos ativos		1.210.728	1.360.321

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

	Nota Explicativa	2020	2019
Passivos			
<i>Passivos circulantes</i>			
Fornecedores		2.125	3.313
Impostos, taxas e contribuições sociais a recolher	11	2.083	2.352
Direitos arrecadados a classificar	12	4.693	20
Percentual societário de arrecadação	13	26.056	64.554
Direitos arrecadados a distribuir	14	996.614	1.080.278
Receitas financeiras a distribuir	15	74.860	84.253
Provisão para férias e encargos	16	4.142	5.511
Arrendamento mercantil	17	1.025	4.082
Participação nos resultados	-	1.651	1.954
Outras obrigações	-	2.858	1.115
Total dos passivos circulantes		1.116.107	1.247.432
<i>Passivos não circulantes</i>			
Adiantamentos	-	110	105
Arrendamento mercantil	17	9.501	9.228
Provisões para riscos trabalhistas e cíveis	18	58.915	14.906
Total dos passivos não circulantes		68.526	24.239
Patrimônio social	19	58	58
Superávits acumulados	-	26.037	88.592
Total do patrimônio líquido		26.095	88.650
Total do passivo e patrimônio líquido		1.210.728	1.360.321

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do resultado

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 | Valores expressos em milhares de reais

	Nota Explicativa	2020	2019
Receita			
Taxa de administração - Arrecadação	20	89.900	110.261
Taxa de administração - Financeira	20	4.666	7.252
Receitas operacionais		94.566	117.513
Despesas operacionais			
Despesas com pessoal	21	(63.236)	(76.676)
Despesas administrativas	22	(28.575)	(32.911)
Despesas tributárias	23	(1.457)	(1.811)
Despesas financeiras	24	(3.221)	(3.006)
Constituição de provisões para perdas	25	(46.586)	(5.596)
Outras despesas operacionais	26	(14.046)	(13.922)
Despesas operacionais		(157.121)	(133.922)
Déficit do exercício		(62.555)	(16.409)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 | Valores expressos em milhares de reais

Descrição	Patrimônio social	Superávit (déficit) acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	58	105.001	105.059
Déficit do exercício	-	(16.409)	(16.409)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	58	88.592	88.650
Déficit do exercício	-	(62.555)	(62.555)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	58	26.037	26.095

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração dos fluxos de caixa

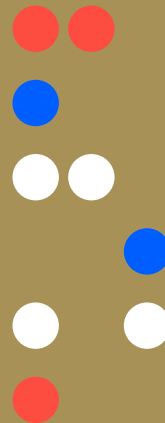
método indireto para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 | Valores expressos em milhares de reais

Fluxo de caixa das atividades operacionais	2020	2019
Déficit do exercício	(62.555)	(16.409)
Ajustes em:		
Custo de ativo imobilizado baixado	12	273
Provisão para riscos trabalhistas e cíveis	46.586	5.596
Depreciação/amortização do imobilizado	10.714	9.428
Amortização do intangível	5.081	4.933
Juros de arrendamento	2.026	1.777
Varição no capital circulante:		
(Aumento) redução arrecadação a receber	(4.482)	292
Redução (aumento) adiantamento a associações	20.559	(15.106)
(Aumento) redução adiantamentos diversos	(222)	228
Redução (aumento) despesas do exercício seguinte	922	(1.160)
Redução de estoque	33	-
Redução depósitos judiciais e bloqueios judiciais	208	388
(Aumento) redução direitos a receber	(922)	42
(Redução) aumento fornecedores	(1.188)	1.574
Aumento (redução) impostos, taxas e contribuições a pagar	(269)	11
Aumento (redução) direitos arrecadados a classificar	4.673	(442)
(Redução) aumento percentual societário - arrecadação	(38.498)	7.146
(Redução) aumento direitos arrecadados a distribuir	(83.664)	126.230
(Redução) receita financeira distribuir	(9.393)	(54.574)
(Redução) provisão férias e encargos	(1.369)	(110)
(Redução) aumento Participação nos resultados	(303)	33
Aumento(redução) outros passivos	1.743	(272)
Pagamento de processos	(2.576)	(1.410)
Aumento adiantamentos	4	5
(Redução) renovação de licença a pagar	-	(116)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	(112.839)	68.357

Fluxo de caixa das atividades operacionais	2020	2019
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Pagamentos na aquisição de imobilizado	(7.831)	(3.874)
Pagamentos relacionados a ativos intangíveis	(3.991)	(5.341)
Pagamentos de arrendamento	(4.810)	(5.394)
Redução (aumento) de aplicações financeiras	347	(5.501)
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimento	(14.531)	(20.110)
(Redução)/aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	(127.370)	48.247
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.193.875	1.145.628
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	1.064.710	1.193.875

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2020 e de 2019



(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

O Escritório Central de Arrecadação e Distribuição - Ecad é uma associação civil, de natureza privada, sem fins lucrativos, constituída por sociedade de direito de autor e dos que lhe são conexos, criada pela Lei Federal nº 5.988/73 e mantida pela Lei de Direitos Autorais brasileira nº 9.610/88, atualizada pela nova Lei nº 12.853/13.

Seu objetivo principal é a arrecadação, inspeção, fiscalização, controle e distribuição dos direitos autorais sobre as execuções musicais, ou litero-musicais e de fonogramas, nacionais e estrangeiros, às sociedades que o integram, conforme a seguir elencadas:

- ABRAMUS - Associação Brasileira de Música e Artes
- AMAR - Associação de Músicos, Arranjadores e Regentes
- ASSIM - Associação de Intérpretes e Músicos
- SBACEM - Sociedade Brasileira de Autores, Compositores e Escritores de Música
- SICAM - Sociedade Independente de Compositores e Autores Musicais
- SOCINPRO - Sociedade Brasileira de Administração e Proteção de Direitos Intelectuais
- UBC - União Brasileira de Compositores

Do total arrecadado em território nacional, 85,00% destinou-se aos detentores dos direitos autorais / conexos, 5,00% às associações e 10,00% referiu-se à taxa administrativa do Ecad. Em ambos os períodos, os percentuais destinados aos detentores dos direitos autorais atendem ao artigo 99, parágrafo 4º da Lei nº 12.853/13.

Apenas os valores arrecadados correspondentes aos Direitos Autorais recebidos de Associações Nacionais, cujo montante é proveniente do exterior e os valores arrecadados relativos ao segmento Web, receberam taxa administrativa

diferenciada deliberada pela Assembleia Geral na ata 458º, de 24 de maio de 2016, conforme segue:

- Direitos autorais recebidos de Associações Nacionais, provenientes do exterior, destinou-se 90,00% aos detentores de direitos autorais/conexos, 5,00% às associações e 5,00% à taxa administrativa Ecad;
- Direitos autorais relativos ao segmento Web, destinou-se 87,25% aos detentores de direitos autorais/conexos, 4,25% às associações e 8,5% à taxa administrativa Ecad.

Os valores arrecadados, enquanto não distribuídos, são aplicados pela Entidade no mercado financeiro e a receita auferida foi distribuída, de acordo com os percentuais descritos anteriormente para a Arrecadação Nacional.

Covid-19

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou emergência de saúde global em função da pandemia do novo Coronavírus, causador da Covid-19. Esta declaração desencadeou uma série de decisões por governos e sociedades públicas e privadas para conter o avanço do vírus. Dentre as decisões, destacam-se aquelas relacionadas às restrições de mobilidade, distanciamento social, fechamento de fronteiras locais e internacionais e outras medidas.

Houve a necessidade de fazer algumas adaptações para adequação à nova realidade no mercado da música, que sofreu redução drástica em realização de shows e eventos, bem como para ações de melhoria nos processos internos e evolução tecnológica. Negociamos reduções de custos com contratos de alugueis, condomínios, fornecedores e prestadores de serviços, realizamos a suspensão nos primeiros meses das atividades presenciais sendo substituída pelo sistema de *Home Office*, inclusive dos colaboradores que realizam serviços externos, buscando alternativas legais como a antecipações de férias, suspensões de contratos de trabalho, reduções de salário e jornada de trabalho. Infelizmente, esta Entidade foi forçada a reduzir seu quadro funcional de 578 para 412 colaboradores ao final de 2020.

Em função do distanciamento social e a todas as restrições de atividades comerciais que ocorreram no período, sofremos impacto direto na Arrecadação dos Direitos Autorais, o que provocou uma queda de 19,20% no volume arrecadado em comparação ao ano de 2019.

Até o momento da divulgação dessas Demonstrações Contábeis, ainda não se tem certeza sobre o tempo necessário para conter o avanço da doença, especialmente em relação à uma implementação bem-sucedida do plano de vacinação contra a Covid-19 no país, e por isso ainda não é possível inferir quanto tempo mais será necessário seguir com as medidas para conter o contágio. Por isso, quando da divulgação dessas Demonstrações Contábeis, havia, ainda, grande incerteza sobre os efeitos da pandemia na economia, não sendo possível precisar os reais impactos do avanço da Covid-19 nos resultados do Ecad no próximo ano.

2. Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis

2.1. Base de preparação

2.1.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Entidade foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a entidades sem finalidade de lucros, considerando a Interpretação Técnica Geral 2015/ITG 2002 (R1), aprovada pela Resolução CFC nº 1.409/2012, bem como pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), exceto quanto:

- Pronunciamento Técnico CPC 30: em função das características do negócio da Entidade, a receita de arrecadação é reconhecida por regime de caixa, somente quando do efetivo recebimento, enquanto as práticas contábeis adotadas no Brasil determinam o reconhecimento das receitas no resultado

pelo regime de competência. Consequentemente, os valores representativos dos direitos arrecadados a distribuir e das receitas de taxas de arrecadação correspondem às importâncias identificadas, sobre as quais a Entidade pode exercer o efetivo controle.

2.1.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

A administração do Ecad, aprovou e autorizou a emissão das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 em 1º de março de 2021.

2.1.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Entidade é o Real (R\$). Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.2. Principais práticas contábeis

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são classificados em conformidade com seu prazo de realização, sendo demonstrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos períodos e deduzidos, quando aplicável, de provisão para ajuste ao seu valor líquido de realização.

b. Aplicações financeiras

Compreendem os investimentos financeiros com prazos de resgate superiores a 90 dias da data da aplicação, não considerados pela Entidade como sendo de liquidez imediata ou classificados para serem levados até a data de vencimento. São registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

c. Arrecadações a receber

Representados por valores referentes às arrecadações de final do mês, não liberados pelo Banco Bradesco, até o encerramento do exercício social. Estão registradas pelo valor de emissão.

d. Imobilizado

Bens móveis e imóveis, registrados ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido da depreciação acumulada.

e. Intangível

Sob este título estão registrados os bens relativos a aquisições de Direitos de Uso de Sistemas (*softwares*), Marcas e Patentes e Sistemas de Monitoramento - Cia Rádio, Cia Audiovisual e Cia Execuções ao Vivo (desenvolvidos internamente), demonstrados pelo custo incorrido na aquisição, deduzido da amortização acumulada.

f. Outros ativos

Os demais ativos circulantes e não circulantes são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias auferidas, não excedendo seus correspondentes valores de realização.

g. Passivos circulantes e não circulantes

Estão registrados pelo seu valor estimado de realização e acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas, em base "pro-rata-die".

h. Classificação de itens circulantes e não circulantes

Os ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes, e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

i. Apuração do resultado

Grande parte da receita de arrecadação é registrada pelo regime de caixa, tendo em vista que a operacionalidade normal da Entidade, para efeito do repasse aos seus respectivos titulares, reconhece somente os valores de arrecadação efetivamente recebidos.

A entidade reconhece somente a parcela própria das receitas de arrecadação e das receitas de aplicação financeira no resultado.

As demais receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência. As despesas e custos são reconhecidos somente quando há a redução de um ativo ou o registro de um passivo, e os valores podem ser razoavelmente mensurados.

j. Imposto de Renda, Contribuição Social sobre o Lucro, PIS e Cofins

Por ser constituída e desenvolver suas atividades como entidade de direito privado sem fins lucrativos, exercendo-as para os quais foi instituída, a Entidade possui isenção do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro, conforme artigo nº 174 do Decreto nº 3.000/99 e artigo nº 15 da Lei nº 9.532/97.

Conforme o artigo 13 da Medida Provisória (MP) nº 2158-35 de 2001, as Entidades sem fins lucrativos que tenham empregados, tal como definidos pela Legislação Trabalhista, contribuirão para o PIS com uma quota fixa de 1% incidente sobre a folha de pagamento mensal. Tais Entidades são isentas de PIS sobre receitas nos termos do § 1º, do artigo 14 da MP nº 2158-35/01, desde que preencham os requisitos previstos no artigo 12 da Lei nº 9532/97.

No que diz respeito à Cofins, o inciso X, do artigo 14 da MP nº 2158-35 de 2001 determina a não incidência sobre as receitas das instituições sem fins lucrativos.

k. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são reconhecidas quando a Entidade tem uma obrigação presente ou não formalizada como

resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, usando-se taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo. As provisões são atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Entidade. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos estão descritos na Nota Explicativa nº 18.

l. Participação nos resultados

A Entidade reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados por parte dos empregados, o qual é vinculado ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no Acordo Coletivo de Trabalho.

m. Instrumentos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Os instrumentos financeiros da Entidade são representados pelo caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, partes relacionadas, fornecedores e empréstimos e financiamentos.

Os instrumentos financeiros foram reconhecidos de acordo com a CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos financeiros, adotado pela Entidade a partir de 1º de janeiro de 2018.

O reconhecimento inicial desses ativos e passivos financeiros são feitos apenas quando a Entidade se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos e são reconhecidos pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado, por quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Após o reconhecimento inicial, a Entidade classifica os ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao:

- **Custo amortizado:** quando os ativos financeiros são mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais desses ativos

devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto;

- **Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA):** quando os ativos financeiros são mantidos tanto com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, quanto pela venda desses ativos financeiros. Além disso, os termos contratuais devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto;
- **Valor justo por meio do resultado (VJR):** quando os ativos financeiros não são mensurados pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou quando são designados como tal no reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados a mensuração pelo valor justo por meio do resultado quando a Entidade gerencia e toma as decisões de compra e venda de tais investimentos, com base em seu valor justo e de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Entidade. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos, bem como os resultados de suas flutuações no valor justo.

A classificação dos ativos financeiros é baseada tanto no modelo de negócios da Entidade para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas suas características de fluxos de caixa.

Da mesma forma, a Entidade classifica os passivos financeiros como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou pelo valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado utilizam o método de taxa de juros efetiva, ajustados por eventuais reduções no valor de liquidação.”

Instrumentos financeiros derivativos

A Entidade não possui instrumentos financeiros derivativos registrados nas demonstrações contábeis.

n. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa pelo método indireto foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

o. Demonstração do resultado abrangente

A demonstração do resultado abrangente não está sendo apresentada, uma vez que não existem itens que devessem ser tratados nesta demonstração.

2.3. Principais julgamentos e estimativas contábeis

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de premissas e estimativas por parte de Administração da Entidade que impactam os saldos ativos e passivos. Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir destas estimativas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Entidade revisa suas estimativas e premissas anualmente. No caso da Entidade, o principal julgamento e a estimativa contábil referem-se às provisões para riscos cíveis e trabalhistas, conforme segue:

- Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e tributários são constituídas para todos os riscos referentes aos processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos consultores jurídicos.
- Depreciação e amortização: a Entidade revisou a vida útil estimada dos bens do imobilizado e do intangível de vida útil definida, conforme notas explicativas nº 9 e nº 10.

2.4. Normas novas e revisadas aplicáveis para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2021

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Entidade, estão descritas a seguir. A Entidade pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para
		períodos anuais iniciados em ou após
Alterações no CPC 36(R3)/IFRS 10 e no CPC 18(R2)/IAS 28	Venda ou constituição de ativos entre um investidor e sua coligada ou "Joint Venture"	Postergada indefinidamente
Alterações ao CPC48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7, CPC 11/IFRS 4 e CPC 06/IFRS 16	Reforma da taxa de juros de referência	A partir de 1º de janeiro de 2021
Alterações ao CPC 27/IAS 16	Imobilizado: receitas antes do uso pretendido	A partir de 1º de janeiro de 2022
Alterações ao CPC 15/IFRS 3	Referência à estrutura conceitual	A partir de 1º de janeiro de 2022
Alterações ao CPC 26/IAS 1	Classificação do passivo em circulante ou não circulante	A partir de 1º de janeiro de 2023

Não é esperado que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as demonstrações contábeis da Entidade em períodos futuros.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	2020	2019
Fundo fixo	10	12
Bancos conta movimento	652	364
Aplicações financeiras	1.064.048	1.193.499
Total	1.064.710	1.193.875

A composição das aplicações financeiras está demonstrada a seguir:

Banco / Instituição	Tipo	2020	2019
Santander	CDB	1.189	119.535
Santander	COE	3.000	-
Bradesco	Capitalização	11.200	10.200
Bradesco	CDB	349.705	805.256
Caixa Econômica Federal	CDB	-	258.808
Reliance	Fundo de Investimento	308.139	-
Bradesco	Fundo de Investimento	260.995	-
Amazônia Capital	Fundo de Investimento	102.857	-
XP	Fundo de Investimento	26.963	-
Total		1.064.048	1.193.499

As aplicações financeiras estão compostas basicamente por Certificados de Depósitos Bancários - CDB's, com remuneração pós fixada e com taxas iguais ou superiores a 100% do CDI - Certificados de Depósitos Interbancários, fundos de investimentos com perfil conservador e títulos de capitalização. Estão registradas ao custo histórico acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

4. Arrecadação a receber

Refere-se a valores pendentes em 31 de dezembro na cobrança bancária, em função de recebimento da cobrança em D+1.

A composição é a seguinte:

Banco	2020	2019
Bradesco	6.554	2.072
Total	6.554	2.072

5. Adiantamentos às Associações

De acordo com o Regulamento de Distribuição da Entidade, nos meses em que não houver distribuição trimestral, o Ecad repassará às Associações antecipações da distribuição. Os valores das antecipações serão calculados na base de 1/3 do total dos valores repassados na distribuição do trimestre imediatamente anterior, sendo descontado no repasse da distribuição trimestral subsequente.

A composição de adiantamentos concedidos às Associações pode ser demonstrada como segue:

Associação	2020	2019
ABRAMUS	23.777	30.056
AMAR	2.648	4.521
ASSIM	4.678	8.525
ATIDA	-	38
SBACEM	1.034	2.734
SICAM	1.773	2.522
SOCINPRO	5.837	9.227
UBC	38.116	40.800
Total	77.863	98.423

6. Bloqueios judiciais

Refere-se a bloqueios judiciais em contas bancárias da Entidade decorrentes de processos judiciais em andamento.

A composição de bloqueios judiciais é a seguinte:

Banco	2020	2019
Bradesco	200	241
HSBC	2	2
Banco do Brasil	6	5
Santander	-	2
Total	208	250

7. Direitos a receber

Direitos	2020	2019
Direitos a receber - Blessing - SBACEM	-	1.125
Direitos a receber Record e outros	2.170	123
Total	2.170	1.248

Circulante	2.024	101
Não circulante	146	1.147

8. Aplicações financeiras - Não circulante

Do saldo de aplicações mantidas no Banco Bradesco em 31 de dezembro de 2020, a Entidade possui um montante de R\$ 20.564 (R\$ 20.911 em 31 de dezembro de 2019) relativo à Carta de Fiança vinculada a processos judiciais e contratos de locação, conforme abaixo demonstrado:

Aplicações	2020	2019
Descrição	Banco Bradesco	
Processo RBM Cinemas	105	103
Processo André Sperling	1.415	1.490
Processo CADE	670	654
Processo ISS	14.692	14.320
Contratos de locação	3.682	4.344
Total	20.564	20.911

9. Imobilizado

Descrição	Taxa Anual	Custo	Depreciação Acumulada	31/12/2020	31/12/2019
				Líquido	Líquido
Imóveis	1,82% a 2,50%	1.376	497	879	908
Móveis e utensílios	8,33% a 33,33%	4.691	2.153	2.538	2.594
Equipamentos de informática (b)	20% a 50%	28.683	21.747	6.936	8.619
Aparelhos de comunicação e gravação	14,29% a 100%	511	456	55	31
Outras imobilizações	11,11% a 16,67%	16	13	3	6
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20%	7.894	4.403	3.491	1.952
Direito de uso do ativo (b)	14,28% a 50%	11.570	1.674	9.896	12.584
Total		54.741	30.943	23.798	26.694

Movimentação do imobilizado:

Descrição	Taxa	Saldos em 31/12/2019	Adições	Baixas	Amortização / Depreciação	Saldos em 31/12/2020
Imóveis	1,82% a 2,50%	908	-	-	(29)	879
Móveis e utensílios	8,33% a 33,33%	2.594	333	(10)	(381)	2.538
Equipamentos de informática (a)	20% a 50%	8.619	2.450	(2)	(4.130)	6.936
Aparelhos de comunicação e gravação	14,29% a 100%	31	33	-	(8)	55
Outras imobilizações	11,11% a 16,67%	6	-	-	(2)	3
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20%	1.952	3.261	-	(1.722)	3.491
Direito de uso do ativo	14,28% a 50%	12.584	1.754	-	(4.442)	9.896
Total		26.694	7.831	(12)	(10.714)	23.798

Descrição	Taxa	Saldos em 31/12/2018	Adições	Baixas	Amortização / Depreciação	Saldos em 31/12/2019
Imóveis	1,82% a 2,50%	723	210	-	(25)	908
Móveis e utensílios	8,33% a 33,33%	2.826	177	(37)	(371)	2.594
Equipamentos de informática (a)	20% a 50%	9.559	3.152	(230)	(3.862)	8.619
Aparelhos de comunicação e gravação	14,29% a 100%	36	3	-	(8)	31
Outras imobilizações	11,11% a 16,67%	9	-	(1)	(2)	6
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20%	2.437	332	-	(817)	1.952
Adiantamento a fornecedores do ativo imobilizado	-	5	-	(5)	-	0
Direito de uso do ativo (b)	14,28% a 50%	-	16.927	-	(4.343)	12.584
Total		15.595	20.801	(273)	(9.428)	26.694

(a) Os equipamentos de informática são compostos de servidores, computadores, impressoras, entre outros *hardwares* que estão alocados nas diversas unidades organizacionais da entidade.

(b) Refere-se ao arrendamento mercantil financeiro, conforme Nota Explicativa nº 17.

10. Intangível

Descrição			31/12/2020	31/12/2019
	Taxa Anual	Custo	Líquido	Líquido
Direitos de uso de sistemas	20% a 33,33%	30.713	2.740	3.512
Sistema de monitoramento - Cia Rádio	10%	3.413	227	568
Sistema de monitoramento - Cia Audiovisual	10%	7.968	3.187	3.984
Sistema de monitoramento - Cia Obra Musical	-	4.528	4.528	4.103
Projetos internos em desenvolvimento	-	395	395	-
Total		47.017	11.077	12.167

Movimentação do intangível:

Descrição	Taxa	Saldos em	Adições	Transferências	Amortização	Saldos em
		31/12/2019				31/12/2020
Direito de uso de sistemas	20 a 33,33%	3.512	3.171	-	(3.943)	2.740
Sistema de monitoramento - Cia Rádio (1)	10%	568	-	-	(341)	227
Sistema de monitoramento - Cia Audiovisual (2)	10%	3.984	-	-	(797)	3.187
Sistema de monitoramento - Cia Execuções ao Vivo (Obra Musical) (3)	-	4.103	425	-	-	4.528
Projetos internos em desenvolvimento (4)	-	-	395	-	-	395
Total		12.167	3.991	-	(5.081)	11.077

Descrição	Taxa	Saldos em	Adições	Transferências	Amortização	Saldos em
		31/12/2018				31/12/2019
Direito de uso de sistemas	20 a 33,33%	2.730	4.577	-	(3.795)	3.512
Sistema de monitoramento - Cia Rádio (1)	10%	909	-	-	(341)	568
Sistema de monitoramento - Cia Audiovisual (2)	10%	4.781	-	-	(797)	3.984
Sistema de monitoramento - Cia Execuções ao Vivo (Obra Musical) (3)	-	3.339	764	-	-	4.103
Total		11.759	5.341	-	(4.933)	12.167

(1) Sistema informatizado desenvolvido pela Entidade para monitoramento das atividades em rádios, concluído em 2011, sendo iniciada a sua amortização a partir da sua entrada em operação.

(2) Sistema informatizado desenvolvido pela Entidade para monitoramento das atividades de audiovisual, concluído e amortizado a partir de 2015.

(3) Sistema informatizado desenvolvido pela Entidade para monitoramento das atividades de obras musicais, com expectativa para início de suas atividades em 2021.

(4) Diversos projetos desenvolvidos com mão de obra interna para atividades relacionadas às áreas de Arrecadação e Distribuição da Entidade, com expectativa para início de suas atividades em 2021.

11. Impostos, taxas e contribuições sociais a recolher

	2020	2019
INSS a recolher sobre salários	727	993
FGTS a recolher sobre salários	280	358
PIS a recolher sobre folha de pagamento	46	59
IRRF sobre salários	947	874
IRRF sobre serviços de terceiros	12	11
PIS/Cofins/CSLL 4,65% sobre serviços de terceiros	46	54
ISS sobre prestação serviços de terceiros	25	3
Total	2.083	2.352

12. Direitos arrecadados a classificar

Representa o montante de arrecadação recebido, porém ainda não identificado o segmento, usuário e unidade da federação, já deduzido do percentual devido às associações (percentual societário das associações) e da taxa de administração da Entidade.

13. Percentual societário de arrecadação

Representa o percentual societário sobre a arrecadação a distribuir, conforme Lei nº 9.610/88, atualizada pela atual Lei nº 12.853/2013, em fase de identificação pela Entidade, conforme abordado na Nota Explicativa nº 1.

14. Direitos arrecadados a distribuir

Representa o montante dos provisionamentos de arrecadação recebidos e identificados de acordo com as rubricas (segmentos), usuário e unidade da federação correspondentes. Está composto de créditos retidos a distribuir de períodos passados e do provisionamento a distribuir do período corrente, conforme Regulamento da Distribuição:

Rubrica	2020	2019
Músico executante	54.595	51.137
Show/ Eventos	26.145	68.883
Cinema	72.985	88.196
Carnaval	5.576	15.379
TV por assinatura	197.043	200.812
Rádio AM/FM - Extra Rádio	10.241	3.364
Outras emissoras audiovisual/ Planilha	1.810	2.500
Música ao vivo	9.543	25.807
Festa Junina	1.357	1.759
Movimento Tradicionalista Gaúcho - MTG	55	168
Internet simulcasting	97	80
TV Globo + Direitos Gerais	106.438	119.128
TV Record + Direitos Gerais	21.012	25.166
TV SBT + Direitos Gerais	23.657	23.102
TV Band + Direitos Gerais	8.556	12.021
Rádio Regionalizadas + Direitos Gerais	96.650	108.944
Internet webcasting, podcasting e ambientação de sites	1.286	1.207
Internet Youtube	405	399
Casas de festas e diversão	25.035	42.487
Rede Mulher de Televisão - Record News	483	482
Fundação Pe Anchieta - TV Cultura - Audiovisual/Planilha	110	100
Fund. Casper Líbero - TV Gazeta	927	1.125
RTV Canal 10	5	54
TV Ind. São José Rio Preto - Rede Vida	1.661	1.189
Cable Link Oper. Sinais TV - Mix TV	103	104
Rede Família de Comunicação (Audiovisual/Planilha)	349	413
Radio e TV OM. - CNT Curitiba - Audiovisual/Planilha	1.785	1.540
Sonorização Copas da FIFA	30	8
Globo Acordo	12.840	7.387
SKY Acordo	5.738	2.972
Sonorização ambiental	58.634	54.030
Show Conexo	41	496
Usuários gerais	33.113	56.459
Sonorização Fan Fest	2	26
Sonorização Tour da Taça	5	6

Rubrica	2020	2019
Net Acordo	10.734	9.614
Claro Acordo	4.244	4.120
Internet simulcasting regionalizada	5.804	4.589
Web - Spotify Brasil Serviços	23.161	18.646
Web - Deezer Music Brasil Ltda	3.798	2.898
Web - Kboing Networks do Brasil	36	40
Web - Apple Inc. (Beats1)	24	24
Web - Vevo Llc	7	8
Web - Apple Inc. (Apple Music)	2.585	2.399
Web - Microsoft Corporation (Groove)	87	93
Web - Rádio Music	17	19
Grupo Música	16.613	15.795
Sonorização - Jogos Rio 2016	272	309
Sonorização Revezamento da Tocha	42	46
Sonorização - Centros de Hospitalidade	36	42
Rádio e TV Tarobá Ltda	504	504
TV Pública (TV Brasil)	8.853	40
Serviços Digitais Streaming Audiovisual - Netflix Entretenimento Brasil Ltda	104.109	80.661
Web 3Br Tech	98	77
Sdi/ Extra de Show	145	1.192
Web/ Napster do Brasil	573	536
Web/ Starmaker Interactive	9	9
Cinema Abraplex	-	1.735
Sd-Streaming Audiovisual	159	127
TV Diário	560	562
Sd Streaming Musical /Google Inc.	17.459	10.743
Webc/SBT - São Paulo	350	145
Web/Google Inc (Google Play)	531	1.244
Web/3Br Tech (Louve)	17	18
Web-3Br Tech (Sbt Hits)	11	12
Sd Streaming Audiovisual	6.440	3.319
Webc/Globo Comunicação e Participações	3.501	1.773
Webc/Globosat Programadora	-	10
Web/3Br Tech (Bradesco Music)	55	29
Webc/Pb Brasil	14	15

Rubrica	2020	2019
Webc/ Telecine Programação de Filmes	835	304
Sd-Streaming Audiovisual/ Amazon Digital	672	503
Web/ My Space	332	351
Webc/ Crackle	81	81
Cinema Extra	409	479
TVR Ideal TV	430	248
Web / EDPW Serviços Adm. Ltda	28	-
TV Almg + Direitos Gerais	113	-
TV Assembleia + Direitos Gerais	110	-
TV Câmara + Direitos Gerais	102	-
TVE - Porto Alegre + Direitos Gerais	34	-
TV Planalto + Direitos Gerais	3	-
TV Canção Nova + Direitos Gerais	5	-
TV Canção Nova Cachoeira Paulista + Direitos Gerais	3	-
TV Fundarte + Direitos Gerais	7	-
TV Aparecida + Direitos Gerais	715	-
Canal Futura + Direitos Gerais	89	-
TV Mercosul + Direitos Gerais	42	-
TV Horizonte + Direitos Gerais	14	-
TV Justiça - Brasília + Direitos Gerais	76	-
TV Unesp + Direitos Gerais	13	-
TV Lumen + Direitos Gerais	29	-
Webc / Algar Telecom S/A	87	-
Fundação Cultural Celinauta - TV Sudoeste	29	-
Saltur - Acordo	54	-
Web / Amazon Serviços de Varejo	181	-
TVR / TV Capital - Rede Minas	23	-
TVR / TV Século 21	16	-
Webc / Gshow	46	-
Webc / Globoplay	1.788	-
TVR / Sistema Clube de Comunicação Ltda	1.088	-
	996.614	1.080.278

15. Receitas financeiras a distribuir

Representa os rendimentos das aplicações financeiras auferidas, a distribuir aos detentores dos direitos autorais e às associações, quando ocorrem os repasses.

16. Provisão para férias e encargos sociais

	2020	2019
Provisão para férias	3.089	4.104
Encargos sobre férias	1.053	1.407
	4.142	5.511

Calculada de acordo com o período aquisitivo de cada empregado, acrescidos dos encargos sociais.

17. Arrendamento mercantil

Arrendamento Financeiro

Determinados contratos de arrendamento mercantil transferem substancialmente à Companhia os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento financeiro e os ativos são reconhecidos pelo valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato. Os bens reconhecidos como ativos são depreciados pelas taxas de depreciação aplicáveis a cada grupo de ativo conforme a Nota Explicativa nº 09. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato, com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

Arrendamento operacional

Pagamentos efetuados sob um contrato de arrendamento operacional são reconhecidos como despesas no demonstrativo de resultados em bases lineares pelo prazo do contrato de arrendamento.

Movimentação do passivo de arrendamento

Descrição	2020	2019
Adoção Inicial CPC 06 (R2)	13.310	16.927
Encargos de ajuste ao valor presente	2.026	1.777
Pagamentos realizados no ano	(4.810)	(5.394)
Passivo de arrendamento	10.526	13.310

Compromissos futuros

Descrição	2020	2019
2020	-	5.480
2021	2.184	5.260
2022	2.054	4.603
2023	1.883	438
2024	1.762	326
2025	1.690	254
2026	1.436	-
2027	1.436	-
2028	1.436	-
2029	1.436	-
2030	358	-
Encargos de ajuste ao valor presente	(5.149)	(3.051)
Passivo de arrendamento	10.526	13.310
Circulante	1.025	4.062
Não circulante	9.501	9.228

18. Provisão para riscos trabalhistas e cíveis e depósitos judiciais

Composição dos saldos e movimentação conforme demonstrado a seguir:

	2020	2019
Provisão para riscos trabalhistas e cíveis		
Tributárias (a)	200	-
Trabalhistas (b)	23.181	4.698
Cíveis (c)	35.534	10.208
Total	58.915	14.906

	2020	2019
Saldo inicial	14.906	10.720
Provisão/reversão	46.586	5.596
Pagamentos	(2.576)	(1.410)
Total	58.915	14.906

	2020	2019
Depósitos judiciais		
Depósitos judiciais trabalhistas	140	150
Depósitos judiciais tributários	1.497	1.653
Total	1.637	1.803

a. Tributárias

O saldo relativo às ações de natureza tributária é referente ao processo proposto pela União contra esta Entidade através de auto de infração, avaliado como probabilidade de perda provável pelos assessores jurídicos da Entidade.

b. Trabalhistas

O saldo relativo às ações de natureza trabalhista é referente aos processos propostos por empregados e terceirizados, versando sobre verbas de cunho

salarial, deduzido dos respectivos depósitos judiciais avaliados como probabilidade de perda provável pelos assessores jurídicos da Entidade.

A variação do saldo das provisões trabalhistas de 2020 em comparação a 2019 deve-se ao processo nº 0000466.85.1983.8.19.0001, que atualmente se encontra em execução provisória com cálculos apresentados pelo contador judicial.

c. Cíveis

O saldo relativo às ações cíveis é referente aos processos relativos a indenizações por danos morais e materiais, movidos por terceiros, avaliados como probabilidade de perda provável pelos assessores jurídicos da Entidade.

A variação do saldo das provisões cíveis de 2020 em comparação a 2019 deve-se ao processo nº 00008803-76-2014.8.19.0001, em que foi dado provimento à apelação do Ecad em segunda instância com redução de honorários advocatícios objeto da ação. Ambas as partes apresentam embargos de declaração e após julgamento interpuseram recursos especiais.

d. Perdas possíveis

Os processos avaliados pelos assessores jurídicos da Entidade com probabilidade de perda possível não foram provisionados, mas, conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, devem ser divulgados.

Com base no parecer dos assessores jurídicos da Entidade, os processos são os seguintes:

Descrição	2020	2019
Trabalhistas	45.759	4.397
Tributários	31.254	31.117
Cíveis	4.074	40.227
Total	81.087	75.741

Dentre as ações com probabilidade de perda possível, destacamos de acordo com a sua relevância:

- O processo trabalhista nº 0001261-49.2011.5.05.0034, tendo como natureza reivindicação de honorários. No momento, o processo encontra-se em execução provisória requerendo manifestação sobre o agravo interposto. Em 31 de dezembro de 2020, o valor atualizado da causa é da ordem de R\$ 43.720.
- O processo administrativo tributário nº 12448728525/2013-66, tendo como parte adversa a Receita Federal no Rio de Janeiro, sendo o objeto da ação a perda da isenção de IR, CSLL, Cofins e diferença do PIS, relativos ao ano base de 2009. Em 31 de dezembro de 2020, o valor atualizado da causa monta em R\$ 14.009.

Seu estágio atual aguarda decisão de 2ª instância administrativa nas impugnações apresentadas pelo Ecad contra Ato Declaratório de 25/02/2014 e o Auto de Infração lavrado em 26/05/2014.

De acordo com o parecer de nossos consultores jurídicos, apesar de a possibilidade de perda ser possível, eventual decisão administrativa que seja proferida no referido processo e convalide a exigência fiscal, poderá ser utilizada pela fiscalização para lavrar novos autos de infração de períodos posteriores, desde que seja observado prazo decadencial de 05 anos e seja expedido Ato Declaratório Executivo, que revogue a isenção e demais benefícios fiscais.

- A execução fiscal nº 0075860-19.2011.8.19.0001, tendo como parte adversa o Município do Rio de Janeiro, sendo o objeto da ação o ISS, tendo sido efetuada Carta de fiança oferecida em garantia do débito objeto da execução fiscal. Em 07/07/2017, foi proferida decisão mantendo a decisão agravada e determinando a remessa dos autos ao STJ. Atualmente, os autos encontram-se conclusos para decisão da relatora e dependerão de interpretação do STJ de conceitos específicos previstos na legislação que disciplina a instituição e cobrança do ISS. Em 31 de dezembro de 2020, o valor atualizado da causa é de R\$ 11.514.

- O processo cível nº 0207622-46.2020.8.19.0001, tendo como natureza ação por revisão de direitos autorais. No momento, o processo encontra-se em execução provisória e foi apresentada impugnação pelo Ecad. Em 31 de dezembro de 2020, o valor atualizado da causa é da ordem de R\$ 1.457.

d. Ativo contingente

A Entidade é autora em diversos processos de natureza cível visando ao recebimento dos direitos autorais sobre as execuções musicais, e, de acordo com parecer de nossos consultores jurídicos, possuem possibilidade de êxito, porém não registrado, conforme determinado no CPC 25.

Em 31 de dezembro de 2020, temos processos com expectativa de êxito futuro estimado em R\$ 1.150.159 (R\$ 257.093 em 2019).

19. Patrimônio líquido

O patrimônio social da Entidade no montante de R\$ 58 (R\$ 58 em 2019) é compreendido por doações das sociedades fundadoras.

20. Receita operacional

	2020	2019
Receitas de arrecadação		
Taxa de administração - Arrecadação nacional	85.980	108.289
Taxa de administração - Arrecadação nacional Web	3.911	1.910
Taxa de administração - Arrecadação estrangeira	9	62
Total	89.900	110.261

	2020	2019
Receita financeira		
Taxa de administração - financeira	4.666	7.252

21. Despesas com pessoal

	2020	2019
Pessoal	38.407	46.779
Participação dos empregados nos resultados	1.600	1.917
Férias e 13º salário	6.692	6.999
Estagiários	21	34
Assistência médica	5.764	7.133
Encargo trabalhista (FGTS / PIS)	2.770	3.570
Contribuição previdenciária	7.982	10.244
Total	63.236	76.676

22. Despesas administrativas

	2020	2019
Serviços de terceiros, consultorias e assessorias	12.388	13.903
Viagens e deslocamento	475	1.226
Materiais de manutenção	1.100	998
Comunicação e publicidade	247	255
Conservação e manutenção	5.693	5.130
Locações diversas	659	1.374
Comunicações / telefones	1.204	1.564
Treinamentos	98	325
Despesas legais e judiciais	3.066	2.944
Condomínio e energia	2.329	2.585
Outras despesas administrativas	1.316	2.607
Total	28.575	32.911

23. Despesas tributárias

	2020	2019
IR sobre aplicações financeiras	844	1.311
IPTU	544	372
Contribuição sindical patronal	44	98
Taxas e licenças	25	30
Total	1.457	1.811

24. Despesas financeiras

	2020	2019
Cobrança escritural (*)	929	1.134
Comissão sobre fiança	72	3
Juros e multas	56	16
Juros sobre arrendamento	2.026	1.777
Despesas bancárias	25	9
Imposto sobre operação de câmbio	113	67
Total	3.221	3.006

(*) Boletos bancários emitidos para usuários de música quitarem direitos autorais de execução pública musical.

25. Reversão/ Constituição provisões para perdas

	2020	2019
Trabalhistas	20.093	3.945
Cíveis / Autorais	26.293	1.651
Tributárias	200	-
Total	46.586	5.596

26. Outras receitas e (despesas) operacionais

	2020	2019
Perdas diversas	(50)	(118)
Bens de pequeno valor não imobilizado	(89)	(159)
Baixa do ativo imobilizado	(12)	(269)
Variação percentual societário	(499)	-
Receita de honorários de êxito	28	24
Recuperação de custas judiciais	474	659
Variação percentual titular	1.498	-
Receita contrato de fidelização bancária	-	39
Amortização do intangível	(5.081)	(4.933)
Depreciação/amortização do imobilizado	(10.714)	(9.428)
Outras receitas	400	263
Total	(14.046)	(13.922)

27. Seguros contratados

A Entidade mantém cobertura de seguro em todo o Brasil para os bens patrimoniais, com base na apólice nº 51181000790, com vigência de 30.06.2020 a 30.06.2021, em montante considerado suficiente para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos registrados, com limite máximo de responsabilidade no valor total de R\$ 16.115.

Não faz parte do escopo dos auditores independentes opinar sobre a cobertura de seguros.

As coberturas contratadas estão demonstradas a seguir:

Cobertura	Prédios, móveis e utensílios, equipamentos e periféricos
Vendaval, furacão, ciclone, tornado e granizo	100
Danos elétricos	1.300
Tumultos, greves, lockout e atos dolosos	66
Roubo ou furto mediante arrombamento	693
Quebra de vidros, espelhos, mármore	56
Vazamentos de chuveiros automáticos	1.600
Equipamentos eletrônicos	4.000
Recomposição de registros e documentos	1.260
Aluguel - perda ou pagamento, em decorrência de incêndio, raio, explosão, implosão, fumaça e queda de aeronaves	7.000
Responsabilidade civil - operações	2.200
Queda de aeronave	16.115

28. Remuneração do pessoal-chave da administração

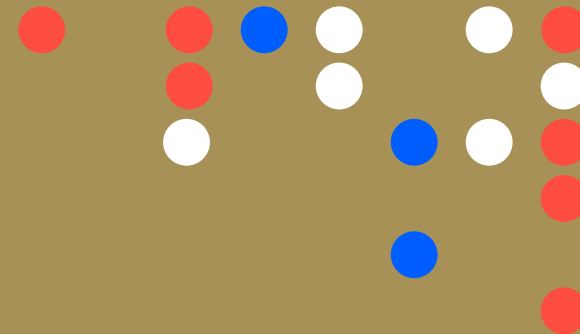
A administração da Entidade está sob a responsabilidade dos gerentes executivos das áreas: Arrecadação, Distribuição, Administrativa Financeira, Jurídica, Tecnologia da Informação, Recursos Humanos e Superintendência, todos empregados sob regime de CLT, os quais executam o orçamento operacional da Entidade, devidamente aprovado pela Assembleia das Sociedades Dirigentes.

A remuneração paga aos gerentes executivos, por serviços de empregados, está apresentada a seguir:

	2020	2019
Salários e outros benefícios de curto prazo, a empregados	10.326	12.204

Guacira Feliciano da Silva
Contador - CRC RJ-093074/O-2

Isabel Amorim
Superintendente-Executiva



ECAD



www.ecad.org.br